

EVOLUÇÃO NA QUANTIDADE DE ESTUDOS SOBRE CAPITAL HUMANO E COMPORTAMENTO DA TAXA DE DESEMPREGO: EXISTE CORRELAÇÃO?

Fernando Maciel¹
Alberto Eduardo Besser Freitag²

RESUMO

A literatura acadêmica indica um aumento na quantidade de documentos sobre capital humano e estudos sobre o tema apontam um impacto positivo no resultado das organizações, na economia e na sociedade. Apesar dos diversos trabalhos científicos já publicados, identificou-se uma lacuna na literatura envolvendo estudos sobre capital humano e sua correlação com a taxa de desemprego. Com base nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi identificar o comportamento da evolução de registros sobre capital humano no Brasil e sua relação com a taxa de desemprego, por meio de uma revisão sistemática da literatura e utilização do coeficiente de correlação de Pearson, no período de 2000 a 2015, ao longo do mandato de três presidentes do Brasil. Como resultados identificaram-se 21 artigos, que integram a seção de fundamentação teórica, e que foram a base para uma proposta conceitual sobre a influência e o impacto do capital humano, sob o ponto de vista econômico e social, em quatro categorias, a saber: capacitação; renda e empregabilidade; lucratividade; e atitude social. Concluiu-se que existe uma correlação negativa e forte (-0,8847) entre as variáveis de “registros sobre capital humano identificados na literatura” e “taxa de desemprego”. A maior quantidade de registros identificados coincide com as menores taxas de desemprego no período estudado. A principal contribuição foi a elaboração de uma proposta conceitual sobre a influência e o impacto do capital humano, sob o ponto de vista econômico e social, em quatro categorias, descrito na seção de resultados.

Palavras-chave: Capital humano; Desemprego; Correlação; Conceito.

EVOLUTION IN THE AMOUNT OF STUDIES ON HUMAN CAPITAL AND UNEMPLOYMENT RATE BEHAVIOR: IS THERE A CORRELATION?

ABSTRACT

The academic literature suggests an increase in the amount of papers on human capital and studies on the subject point to a positive impact on the performance of organizations, the economy, and society. Despite the several scientific papers already published, a gap was identified in the literature involving studies on human capital and its correlation with the unemployment rate. Based on this context, the purpose of this research was to identify the behavior of the evolution of records on human capital in Brazil and its relationship with the unemployment rate, through a systematic literature review and use of Pearson's correlation coefficient, in the period from 2000 to 2015, throughout the mandate of three presidents of Brazil. As results, 21 articles were identified, which make up the theoretical foundation section, and were the basis for a conceptual proposal on the influence and impact of human capital, from an economic and social point of view, in four categories, namely: training; income and employability; profitability; and social attitude. It was concluded that there is a negative and strong correlation (-0.8847) between the variables of "records on human capital identified in the literature" and "unemployment rate". The highest amount of records identified coincides with the lowest unemployment rates in the period studied. The main contribution was the elaboration of a conceptual proposal about the influence and impact of human capital, from an economic and social point of view, in four categories, described in the results section.

Keywords: Human capital; Unemployment; Correlation; Concept.

¹ mestre em economia e gestão empresarial pela Universidade Candido Mendes, pós graduado em marketing executivo e administrador de empresas. Possui experiência na área comercial, negociação e marketing, gestão de contas e de pessoas. Trabalha na indústria farmacêutica Aché Laboratórios, e anteriormente no Bradesco Seguros e indústria Apolo Produtos de Aço. E-mail: maciel.frj@gmail.com

² Pós-doutorando em engenharia de produção e sistemas, doutor em engenharia civil, mestre em gestão empresarial, especializado em marketing e engenheiro mecânico. Possui artigos publicados em congressos, periódicos e livros. É professor pesquisador da Universidade Candido Mendes para o curso de mestrado em economia e gestão empresarial e curso de graduação em engenharia de produção. Ministra aulas como professor convidado em disciplinas de MBAs na Universidade Federal Fluminense e na Fundação Getúlio Vargas. Detém conhecimento especializado em gestão enxuta (lean) e experiência em gestão de pessoas, projetos e processos, educação executiva, planejamento estratégico, manufatura, qualidade e engenharia. É certificado Lean Six Sigma Black Belt. Trabalha no escritório de marcas e patentes Dannemann Siemsen, e anteriormente na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Coca-Cola Divisão Brasil e Jaakko Pöyry Engenharia. E-mail: alberto.besser@professor.ucam.edu.br Recebido em 26 de julho de 2021. Aprovado em 10 de agosto de 2021.

INTRODUÇÃO

Após a II Guerra mundial ocorreu a maior revolução educacional da história. A crença na capacidade de transformação das personalidades democráticas, num mundo traumatizado pela aparição de personalidades autoritárias, passou a ser enfatizada. Entre as décadas de 1950 e 1960, esse fenômeno passou a ser estudado com maior efetividade por diversos autores, dando origem à Teoria do Capital Humano (TCH). O conhecimento adquirido pelo indivíduo a partir da educação passa a ser considerado como capital. Lemos et al. (2009) esclarecem que a TCH surgiu como forma de explicar os ganhos na produtividade e no lucro das organizações, além do impacto positivo no crescimento econômico e social.

Para Silva et al. (2020), o desenvolvimento do ser humano não pode ser trabalhado apenas no esforço físico. É preciso levar em consideração que os trabalhadores possuem conhecimentos, habilidades, capacitações etc. As mudanças do tempo e espaço vão sendo alteradas e o homem segue essa tendência com necessidade de transformações, mostrando a verdadeira essência do ser humano que é o talento.

A educação passou a ser vista como fator preponderante e fundamental para a sustentação de uma sociedade desenvolvida. Para Chiavenato (1999), por meio da TCH, a educação torna as pessoas mais produtivas, aumentando seus salários, influenciando a economia de forma efetiva e sustentável. A educação, determinada pelo nível de qualificação da população, surge como alternativa para a redução das disparidades econômicas e o fortalecimento das economias regionais. Desde então, a TCH passou a influenciar a mudança de atitude dos indivíduos, sobretudo, gestores e governantes.

Em função da demanda do mercado, os investimentos em educação e capacitação da mão de obra passaram a ter maior destaque, influenciando o crescimento econômico e social. A TCH se baseia na capacidade produtiva do indivíduo obtida através do acúmulo de conhecimentos resultante de investimento na educação, levando em conta seus custos e benefícios (Chiavenato, 1999). A TCH se tornou relevante a partir da crise do capitalismo avançado, também chamado pelos neomarxistas como capitalismo tardio, para se referir ao capitalismo posterior a 1945 até o início de 1970.

A educação passa a desempenhar um papel importante, sendo chamada não mais apenas a promover o desenvolvimento, mas também aumentar as chances individuais de inserção no mercado de trabalho. Desta forma, a qualificação profissional torna-se um importante requisito da empregabilidade, onde as constantes mudanças exigiram de forma sistemática e progressiva, novos perfis profissionais (Ribeiro, 2017). A ênfase na melhoria da qualificação da força de trabalho é parte importante das estratégias de enfrentamento do desemprego em países desenvolvidos, além de recomendadas por organismos internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), argumentam Fraga e Dias (2007).

A quantidade de publicações disponibilizadas na literatura científica reflete o interesse crescente sobre a TCH. Tolfo e Piccinini (2001) analisaram a relação da TCH com a melhora da qualidade de vida no ambiente de trabalho e estudaram o aumento na lucratividade das empresas. Viana e Lima (2010) analisaram o impacto da TCH nos processos tecnológicos e de inovação nas organizações. Por outro lado, Balaciano et al. (2005) estudaram a influência da TCH na empregabilidade. Oliveira et al. (2019) analisaram estilos intelectuais no contexto acadêmico voltado ao ensino superior. Identificaram a prevalência de uma atitude hierárquica, com alto grau de adaptabilidade ao planejamento de carreira. Os achados corroboram a relevância do contexto acadêmico para uma projeção assertiva no mercado de trabalho.

Entretanto, até o momento, não se encontrou na literatura uma abordagem de pesquisa envolvendo estudos e artigos disponibilizados sobre a TCH e sua correlação com a taxa de desemprego ao longo de um período de tempo, o que justifica a realização deste trabalho. Este estudo pretende preencher tal lacuna, complementando os trabalhos científicos que já foram

publicados sobre o assunto e se propondo a responder a seguinte questão de pesquisa: “Existe correlação entre a quantidade de estudos publicados sobre a TCH e o comportamento da taxa de desemprego?”.

O objetivo deste trabalho, portanto, é identificar o comportamento da evolução de registros sobre o tema TCH no Brasil e sua relação com a taxa de desemprego. O período estudado foi de 2000 a 2015. Além desta introdução, a estrutura deste trabalho apresenta a fundamentação teórica na próxima seção, seguida do método de pesquisa, análise dos resultados e, finalizando com conclusões e referências.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica sobre capital humano foi organizada em três subseções, a saber: a) aspectos conceituais; b) impacto econômico e social e c) empregabilidade.

Aspectos Conceituais

Por meio de uma abordagem teórica e conceitual, Chiavenato (1999) enfatiza os aspectos que norteiam o capital humano, como qualificação e educação, além da sua influência na gestão de pessoas e o impacto positivo nas organizações, sob o ponto de vista cultural e econômico. Conclui que existe uma relação positiva entre o investimento em capital humano, lucratividade e o impacto social.

Fontenelle (2007), através de uma análise conceitual a respeito do empreendedorismo baseado na TCH, observou a existência de um novo modelo econômico em curso influenciando as relações de trabalho, identificando que o capital humano e o empreendedorismo, estão presentes no repertório de valores hoje postos em prática no mundo organizacional. A autora define capital humano como sendo:

Um meio de produção produzido, uma forma de capital; meio de investimento que devia render, como todo investimento, também um retorno... Para isso acontecer, esses atributos humanos precisam, de certa maneira, ser abstraídos das pessoas concretas que os detêm e precisam se articular em função de um fim externo a elas, ou seja, o capital, conceito necessariamente abstrato, passa a se apresentar coberto com roupas humanas, ‘vestindo’ características e atributos até então apenas vistos no homem. O capital, desta vez, concretiza-se não em dinheiro ou mercadorias, mas em atributos.

Reforçando o aspecto conceitual, o estudo de Bruno-Faria e Fonseca (2014) evidencia conceitualmente a influência de políticas voltadas à capacitação do indivíduo. O enriquecimento do capital humano incentiva e promove o surgimento de ideias inovadoras, contribuindo efetivamente para o fortalecimento da cultura organizacional e o resultado das empresas.

Impacto Econômico e Social

Tolfo e Piccinini (2001), analisando as melhores organizações brasileiras para se trabalhar, observaram uma tendência no número de empresas com avaliação máxima dos empregados, devido ao quesito de qualidade de vida no trabalho, promovidas por políticas de valorização do capital humano. Levaram em consideração aspectos relacionados à satisfação e orgulho do trabalho sob o ponto de vista dos colaboradores.

Pesquisando a influência do capital humano na estrutura da cadeia produtiva e seus estágios evolutivos na indústria farmacêutica, Capanema e Palmeira Filho (2007) identificaram que as empresas que apresentaram políticas voltadas à valorização do capital humano, apresentaram elevado grau de competitividade, contribuindo para o aumento da produtividade, lucratividade e processos de inovação das suas operações.

Estudando o efeito do capital humano sobre a tecnologia em países desenvolvidos e em desenvolvimento e levando em consideração a taxa de crescimento da economia e a renda por trabalhador, Nakabashi e Figueiredo (2008) verificaram a existência de uma relação entre o capital humano e a renda do trabalhador, reforçando benefícios econômicos.

Lemos et al. (2009), baseado no estudo dos investimentos em capital humano e o impacto na sociedade, concluíram que existe uma relação direta dos investimentos na esfera público e privada e o crescimento intelectual, social e econômico, reforçando a hipótese da importância de investimentos em educação para o aperfeiçoamento da atitude política e social dos indivíduos.

Viana e Lima (2010), através da avaliação dos aspectos críticos e controversos da relação entre a tecnologia e sua influência no crescimento econômico, constataram que o capital humano representou um papel fundamental para o aprimoramento tecnológico e econômico, contribuiu para fomentar as discussões a respeito do tema e o impacto para a economia e a sociedade.

Partindo de uma análise do ranking das melhores empresas para se trabalhar, divulgado pela revista Exame no período de 1997 e 2011, Isida e Galhardi (2013) analisaram as mudanças nos critérios de avaliação, através de uma pesquisa baseada nos relatórios de administração das empresas, levando em consideração benefícios e condições de trabalho. Os autores concluíram que as empresas que oferecem políticas de boas práticas em recursos humanos, preocupação e principalmente investimento em capital humano, contribuem para a melhoria do ambiente de trabalho, fortalecendo a cultura organizacional, e são bem avaliadas.

Bergman et al. (2015) estudaram a influência do capital humano no setor bancário. Consideraram a criação de valor e, conseqüentemente, a maximização da riqueza dos acionistas de empresas adquirentes no curto prazo. Concluíram que existe uma relação entre a TCH e o aperfeiçoamento de processos administrativos, inovação, produtividade e lucro.

Meurer et al. (2017) pesquisaram elementos que reforçam aspectos relacionados à TCH, evidenciados no relatório de administração das melhores empresas para se trabalhar listadas no Brasil, da revista Exame. As organizações avaliadas demonstraram tendência em legitimar suas ações e investimentos voltados ao tema, com o intuito de maximizar seu valor e atingir seus objetivos estratégico-operacionais, a partir de políticas voltadas à valorização do capital humano.

A relação e efeitos do conhecimento adquirido a partir de treinamentos nas empresas, foi estudada por Sousa et al. (2017). Organizações que investem em capacitação e treinamento têm profissionais mais eficientes e empreendedores, contribuindo para o aperfeiçoamento dos processos de tecnologia e inovação, maior competitividade e lucratividade.

Bertolami et al. (2018) analisaram a influência do capital humano do empreendedor na sobrevivência de empresas em seus primeiros anos de atividade. A competência adquirida por meio da formação acadêmica e habilidades exerceu forte influência na sobrevivência das empresas estudadas.

Pontes et al. (2018), conduziram uma pesquisa sobre a permanência do trabalhador no mercado de trabalho, bem como a rotatividade nas empresas. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2015, os autores aplicaram uma análise econométrica para identificar os fatores que se associavam ao comportamento de indivíduos em diferentes faixas etárias e propensões a estarem em um nível de alta ou baixa rotatividade no mercado de trabalho. O resultado evidenciou que pessoas de 18 a 35 anos estão mais propensas a saírem do emprego e fatores como maior escolaridade, diminuiu a probabilidade de ter alto nível de rotatividade no mercado de trabalho.

Pesquisando a relação das redes sociais sobre capital humano e o mercado de trabalho, Beginini et al. (2019) identificaram forte tendência na utilização das plataformas sociais para exposição das habilidades profissionais e acadêmicas. O LinkedIn, se destacou, sobretudo,

com o propósito de recolocação no mercado de trabalho, capacitação e busca de novos desafios.

Empregabilidade

Através da análise da influência do capital humano e os níveis de escolaridade, Balaciano et al. (2005) identificaram uma relação positiva entre o aumento da empregabilidade e maiores salários com indivíduos com elevados níveis de escolaridade.

A partir da avaliação da relação dos níveis de desemprego com os níveis de escolaridade, Fraga e Dias (2007) concluíram que quanto maior os níveis de escolaridade, maiores as possibilidades de recolocação no mercado de trabalho em curto, médio e longo prazo.

Araujo e Antigo (2016) constataram que quanto maior o nível de escolaridade e capacitação do indivíduo, maiores as chances de recolocação e empregabilidade, a partir da análise do impacto dos investimentos em educação. Desta forma, destacaram a relevância dos investimentos em capital humano.

Baseado na TCH, Ribeiro (2017) estudou os efeitos da escolaridade dos indivíduos sobre as desigualdades de renda em metrópoles brasileiras. Concluiu que a escolaridade se relaciona negativamente com as taxas de desemprego. Quanto maior a escolaridade dos indivíduos, menores as taxas de desemprego.

Através da análise dos fatores que exercem influência na escolha dos cursos superiores disponíveis no Brasil, Martins e Machado (2018) identificaram que rendimentos e taxa de desemprego exercem impacto positivo. Cursos voltados à rápida inserção e recolocação no mercado de trabalho se sobrepõem aos cursos de longo prazo, nas escolhas individuais, contribuindo para acelerar a redução nas taxas de desemprego. Como cursos de longo prazo, o estudo considerou cursos de graduação em quatro anos.

Cerqueira e Moura (2019) estudaram a relação entre as oportunidades no mercado de trabalho, formação do capital humano e as taxas de homicídio. Observaram que indivíduos com melhor formação acadêmica tinham maior renda e maior empregabilidade, bem como a existência de uma relação na redução da violência. A TCH exerceu influência social, contribuiu para a redução das taxas de desemprego e redução dos índices de violência.

MATERIAL E MÉTODOS

No que tange a natureza da pesquisa, os critérios de classificação dos tipos de pesquisa variam de autor para autor, obedecendo interesses, objetivos e campos. Ander-Egg (1978) classifica em dois tipos: a pesquisa básica pura ou fundamental, que é aquela que procura o progresso científico e tem por meta o conhecimento pelo conhecimento, e a pesquisa aplicada que, como o próprio nome já diz, tem interesses práticos na solução de problemas. Para Booth et al. (2019), quando a solução de um problema de pesquisa não tem nenhuma aplicação aparente em um problema prático, mas apenas satisfaz o interesse erudito de uma comunidade de pesquisadores, chama-se essa pesquisa de “pura” em vez de “aplicada”. Com base no acima exposto, a natureza desta pesquisa pode ser classificada como básica pura.

A estratégia para a coleta de informações foi a pesquisa bibliográfica, definida por Gil (2002) como um apanhado constituído, principalmente, por livros e artigos científicos. Sua proposta é analisar diferentes posições que englobam um determinado assunto. Marconi e Lakatos (2003) declaram ainda que essa pesquisa é elaborada a partir de importantes trabalhos realizados com capacidade de enriquecer o material a ser feito com dados atuais e relevantes.

Os artigos científicos foram coletados ao longo do mês de setembro de 2019 nas fontes Scielo, Google Acadêmico e Portal de Periódicos Capes (buscar assunto). A base de dados Scielo é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos

científicos basicamente nos idiomas português e espanhol, com documentos revisados às cegas e por pares, atestando a sua qualidade. O Google Acadêmico é uma base de dados que reúne trabalhos oriundos da literatura acadêmica. No acervo, é possível encontrar artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, resumos, revistas de universidades e até mesmo livros. O Portal de Periódicos foi oficialmente criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundada pelo Ministério da Educação do Brasil em 11 de novembro de 2000, é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza um grande acervo científico de produção nacional e internacional.

Os artigos científicos foram analisados seguindo o fluxo do protocolo PRISMA (Moher et al., 2009) de uma revisão sistemática da literatura que, para Galvão et al. (2015), é:

Uma forma específica de identificação e sintetização das evidências de uma pesquisa. Fornece uma cobertura abrangente da literatura disponível no campo de interesse, qualidade das evidências revisadas e segmentadas de uma abordagem detalhada e explícita para a síntese dos dados e utilização de processos transparentes e rigorosos ao longo da pesquisa.

A revisão sistemática da literatura foi dividida em quatro fases, a saber: 1) Identificação de registros - nas bases Scielo, Google Acadêmico e Portal de Periódicos Capes (buscar assunto), 2) Seleção - por meio da exclusão de registros duplicados, 3) Elegibilidade - por meio da exclusão de monografias, textos, teses e dissertações, e 4) Inclusão - por meio da exclusão de documentos incompatíveis com o escopo deste estudo. Para a busca de registros nas bases, utilizou-se a frase de pesquisa e operadores booleanos ((“capital humano” OR “*human capital*”) AND (“taxa de desemprego” OR “*unemployment*”). Os filtros utilizados foram: período de 2000 a 2015 e registros de origem brasileira.

O processo de pesquisa envolveu duas etapas, inicialmente uma revisão sistemática da literatura, acima descrita, seguida de um estudo econométrico para verificar a correlação entre a quantidade de registros identificados nas bases Scielo, Google Acadêmico e Portal de Periódicos Capes (buscar assunto) e a taxa de desemprego no período de 2000 a 2015, ao longo do mandato de três presidentes do Brasil.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) define taxa de desemprego como sendo “O índice de pessoas com idade acima de 14 anos que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho”.

Os índices de desemprego são determinados a partir de estudos periódicos realizados junto à população economicamente ativa. As pessoas desempregadas são classificadas como desempregadas ou desocupadas, aquelas que não estavam trabalhando, ou seja, estavam disponíveis para trabalhar e/ou tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho. As taxas anuais de desemprego, disponíveis no IBGE (2019), foram coletadas para o período abordado na revisão sistemática da literatura, ou seja, de 2000 a 2015.

A análise da correlação na quantidade de artigos identificados na literatura brasileira, com a taxa de desemprego no período de tempo proposto no estudo, tomou como base o coeficiente de correlação de Pearson, que considera a força do grau de influência entre duas variáveis (Filho e Junior, 2009). Em termos gráficos, por correlação linear entende-se que a melhor forma de ilustrar o padrão de relacionamento entre duas variáveis é através de uma linha reta, exigindo, portanto, um compartilhamento de variância distribuída linearmente. O coeficiente varia de -1 a 1. O sinal indica direção positiva ou negativa do relacionamento e o valor sugere a força da relação entre as variáveis. Filho e Junior (2009) consideram uma classificação atualizada a respeito do grau de influência, como sendo o r de 0,10 até 0,30 (fraco); 0,40 até 0,6 (moderado) e 0,70 até 1 (forte). A correlação foi calculada utilizando-se o pacote estatístico do software MS Excel® 2016 MSO (licença 16.012430.20198). Correlacionou-se a quantidade de artigos representada por (A) e a taxa de desemprego

representada por (B), no período proposto no estudo, ou seja, de 2000 a 2015, possibilitando a confecção do gráfico de dispersão.

RESULTADOS

O fluxo de informações ao longo das quatro fases de uma revisão sistemática da literatura, baseada no protocolo PRISMA, pode ser acompanhado pela Tabela 1.

Tabela 1. Fluxo de informações nas fases de uma revisão sistemática da literatura

Base Científica	Frase de pesquisa	1. Identificação	2. Seleção	3. Elegibilidade	4. Inclusão
	Critérios de Exclusão =>		Registros duplicados (#105)	Monografias, textos, teses e dissertações (#4.989)	Incompatibilidade com o escopo do estudo (#65)
Scielo	("capital humano"	146	146	35	12
Portal de Periódicos Capes	OR "human capital") AND ("taxa de desemprego" or "unemployment")	89	89	26	6
Google Acadêmico		4.945	4.840	25	3
	Total	5.180	5.075	86	21

Fonte: Dados da pesquisa.

Na primeira fase foram identificados um total de 5.180 registros, a partir das buscas nas bases Scielo, Portal de Periódicos Capes e Google Acadêmico. Na segunda fase, utilizando como critério de exclusão registros duplicados, foram excluídos 105 registros, restando um total de 5.075 registros para a terceira fase de elegibilidade. Nessa fase, utilizando como critério de exclusão monografias, textos, teses e dissertações, ou seja, mantendo apenas artigos científicos, restaram 86 artigos que foram lidos e analisados. Na quarta fase, utilizando como critério a incompatibilidade do conteúdo dos artigos com a pesquisa, foram excluídos 65 artigos, restando 21 para inclusão na seção de fundamentação teórica.

Os 21 artigos selecionados abrangem aspectos teóricos e conceituais relacionados à TCH, considerando os impactos econômicos e sociais, além de demais assuntos compatíveis com o escopo da pesquisa. O Quadro 1 apresenta os principais tópicos identificados, que constituíram a fundamentação teórica deste trabalho, com suas respectivas referências.

Quadro 1. Tópicos e referências

Tópicos	Referências (ano)
Aspectos conceituais	Chiavenato (1999), Fontenelle (2007), Bruno-Faria e Fonseca (2014)
Impacto econômico e social	Tolfo e Piccinini (2001), Capanema e Palmeira Filho (2007), Nakabashi e Figueiredo (2008), Lemos et al. (2009), Viana e Lima (2010), Isida e Galhardi (2013), Bergman et al. (2015), Meurer et al.

	(2017), Sousa et al. (2017), Bertolami et al. (2018), Pontes et al. (2018), Beginini et al. (2019)
Empregabilidade	Balaciano et al. (2005), Fraga e Dias (2007), Araujo e Antigo (2016), Ribeiro (2017), Martins e Machado (2018), Cerqueira e Moura (2019)

Fonte: Dados da pesquisa.

Os registros identificados na literatura correspondente à Fase 1 – Identificação do protocolo PRISMA, foram parametrizados com as taxas anuais de desemprego, obtidas através das séries históricas e estatísticas disponibilizadas pelo IBGE (2019). Os dados foram relacionados na escala de tempo abordada no estudo, ou seja, 2000 a 2015, conforme mostrado na Tabela 2. Considerou-se os respectivos presidentes da república na escala de tempo, tendo como base os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luiz Inácio Lula da Silva (LULA) e Dilma Rousseff (DILMA).

Tabela 2. Registros identificados e taxas de desemprego no período de 2000 a 2015

Ano	Governos	Portal Periódicos Capes	Scielo	Google Acadêmico	Total	Taxa de Desemprego
2000	FHC	1	1	40	42	12,0%
2001	FHC	2	3	63	68	12,1%
2002	FHC	5	4	84	93	7,1%
2003	LULA	3	5	99	107	12,3%
2004	LULA	4	9	120	133	11,5%
2005	LULA	1	7	151	159	9,8%
2006	LULA	2	4	172	178	9,6%
2007	LULA	8	11	256	275	9,3%
2008	LULA	5	9	289	303	7,9%
2009	LULA	7	16	357	380	8,1%
2010	LULA	6	15	382	403	7,0%
2011	LULA	10	17	492	519	6,0%
2012	DILMA	11	11	510	532	5,5%
2013	DILMA	8	10	571	589	5,7%
2014	DILMA	7	9	679	695	4,8%
2015	DILMA	9	15	680	704	5,5%
	Total	89	146	4.945	5.180	

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar os registros do Portal de Periódicos Capes, percebe-se que foram identificados 89 registros no período de 2000 a 2015, portanto, uma média anual de 5,56 publicações. No período analisado, ficaram acima da média apenas os anos de 2007, 2009, 2010 e 2011 no governo LULA e todos os quatro anos do governo DILMA de 2012 a 2015.

No caso dos 146 registros identificados na base Scielo, a média foi de 9,13 documentos/ano. No período analisado, é interessante notar que os anos com artigos acima da média no governo LULA foram os mesmos da análise com o Portal de Periódicos Capes, ou seja, 2007, 2009, 2010 e 2011. Já no governo DILMA, foram os anos 2012, 2013 e 2015.

Por último, com relação aos 4.945 registros identificados no Google Acadêmico, a média anual foi de 309 trabalhos. Nesse caso, os anos de 2009, 2010 e 2011 ficaram acima da média no governo LULA, enquanto que no governo DILMA foram os quatro anos do seu mandato. Esse mesmo comportamento é verificado no total de 5.180 registros das três bases somadas, em que a média foi de 323,8 trabalhos por ano. Observou-se uma tendência progressiva na quantidade total de registros identificados ao longo do tempo (Figura 1).

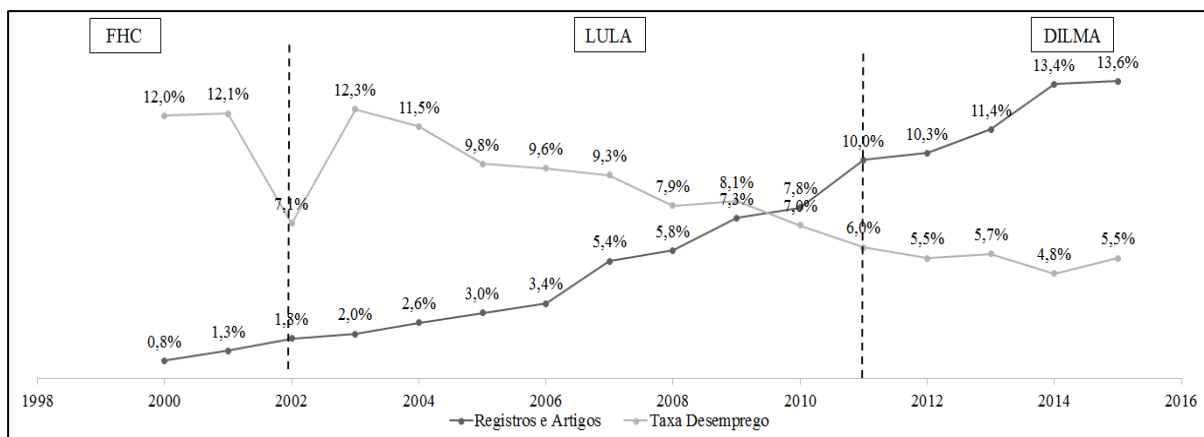


Figura 1. Comportamento dos registros identificados e as taxas de desemprego - 2000 a 2015.
 Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando o comportamento dos valores das variáveis “registros identificados” nas bases Portal de Periódicos Capes, Scielo e Google Acadêmico e “taxa desemprego”, ao longo dos governos de FHC (2000 a 2003), Lula (2003 a 2011) e Dilma (2012 a 2015), observou-se que a maior quantidade de registros identificados e o menor percentual de taxas de desemprego, coincide com o governo Dilma (Figura 2).

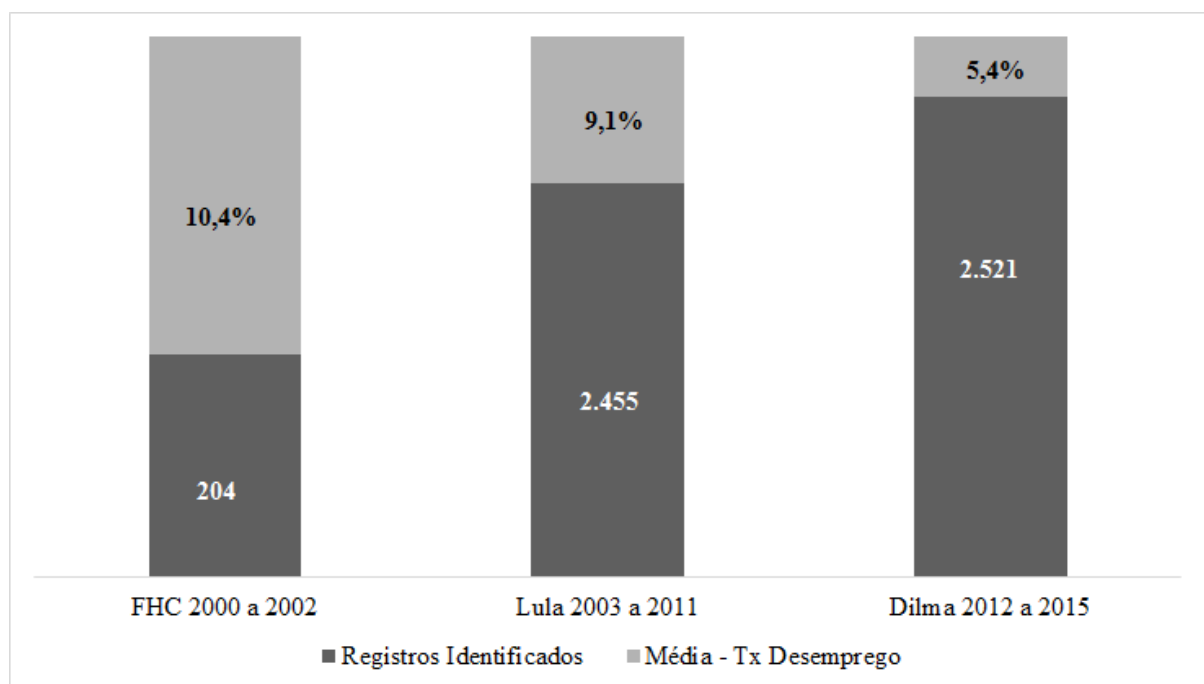


Figura 2. Registros identificados x Taxa Média de Desemprego - 2000 a 2015.
 Fonte: Dados da pesquisa.

Utilizou-se uma licença de MS Excel © 2016 da MSO para calcular a correlação dos valores da variável (A) de registros identificados na literatura com a variável (B) de taxas de desemprego, ao longo do período analisado de 2000 a 2015. Entende-se (A) como a variável dependente e (B) como a variável independente. Para Filho e Junior (2009), as variáveis independentes representam uma grandeza manipulada no experimento e as variáveis dependentes, representam uma grandeza cujo valor depende de como a variável independente é utilizada. A correlação calculada foi de $r = (-0,8847)$, uma correlação negativa e forte (Figura 3). Como explicado na seção 3 do método de pesquisa, a correlação é negativa porque

o sinal indica direção negativa do relacionamento entre as variáveis (A) e (B) e é considerada forte por ser maior que 0,70.

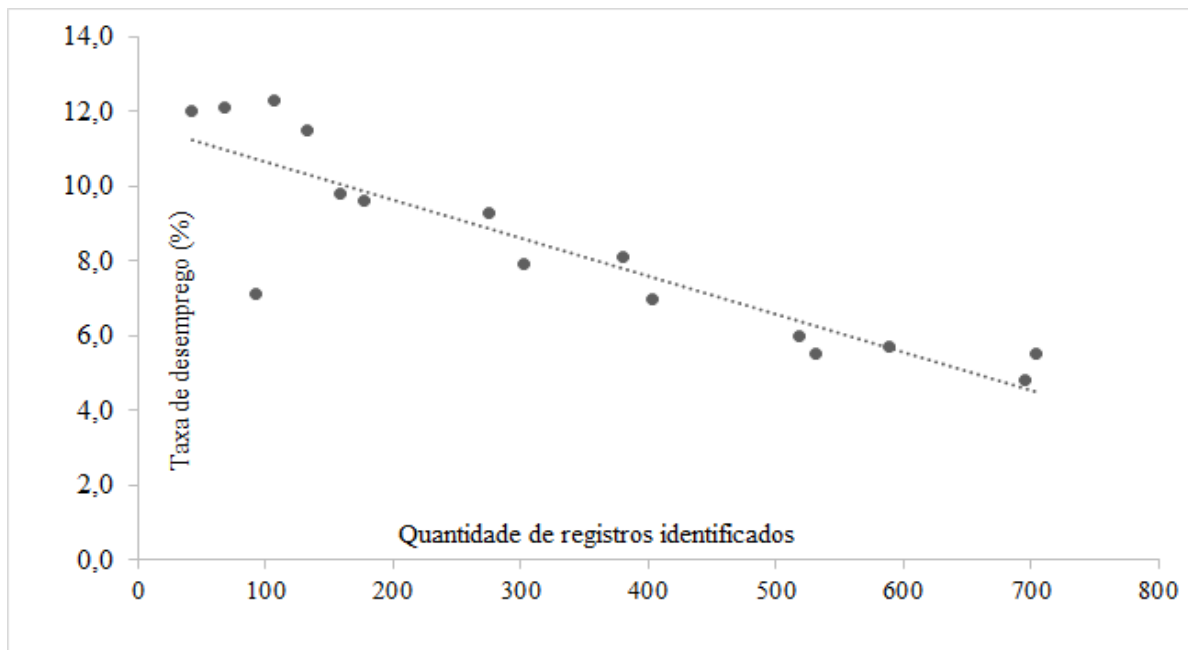


Figura 3. Gráfico de dispersão.

Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar da correlação forte entre o aumento de registros na literatura abordando a temática de “capital humano” e a redução na “taxa de desemprego” no período estudado de 2000 a 2015, faz-se necessário verificar se existe causalidade. A relação de causalidade se caracteriza quando um determinado fenômeno ou estado de coisas ou efeitos é consequência de outros fenômenos ou efeitos (Filho e Junior, 2009).

A correlação forte entre o “capital humano” e a “taxa de desemprego” é justificada pelas afirmações de autores incluídos na fundamentação teórica, reforçando a causalidade entre as variáveis. Para Bruno-Faria e Fonseca (2014), o enriquecimento do capital humano incentiva e promove o surgimento de ideias inovadoras, contribuindo efetivamente para o fortalecimento da cultura organizacional e o resultado das empresas, mantendo assim os empregos nas organizações e a taxa de desemprego em níveis baixos. Tolfo e Piccinini (2001) observaram que boas avaliações dos empregados sobre a qualidade de vida no trabalho, promovidas por políticas de valorização do capital humano nas organizações, contribuem para a retenção dos funcionários, favorecendo uma baixa taxa de desemprego. Da mesma forma, Isida e Galhardi (2013) concluíram que as empresas que oferecem políticas de boas práticas em recursos humanos, preocupação e principalmente investimento em capital humano, contribuem para a melhoria do ambiente de trabalho, fortalecendo a cultura organizacional, e são bem avaliadas, retendo funcionários e mantendo a taxa de desemprego em níveis baixos.

Araujo e Antigo (2016) destacaram a relevância dos investimentos em capital humano, constatando que quanto maior o nível de escolaridade e capacitação do indivíduo, maiores as chances de recolocação e empregabilidade, contribuindo para uma baixa taxa de desemprego. Baseado na TCH, Ribeiro (2017) estudou os efeitos da escolaridade dos indivíduos sobre as desigualdades de renda em metrópoles brasileiras, concluindo que a escolaridade se relaciona negativamente com as taxas de desemprego, portanto, quanto maior a escolaridade dos indivíduos, menores as taxas de desemprego.

Com base nos 21 artigos da seção de fundamentação teórica, foi possível estabelecer uma proposta conceitual (Figura 4), no que se refere à influência e o impacto do capital humano, sob o ponto de vista econômico e social, em quatro categorias:

- Educação - contribuindo para o desenvolvimento e aprimoramento das habilidades profissionais, tornando os indivíduos mais preparados e produtivos;
- Renda e empregabilidade - provendo o aumento dos salários, longevidade nas organizações e redução das taxas de desemprego;
- Lucratividade - impactando no lucro das empresas; e
- Atitude social - fortalecendo a atitude cultural e intelectual da sociedade.

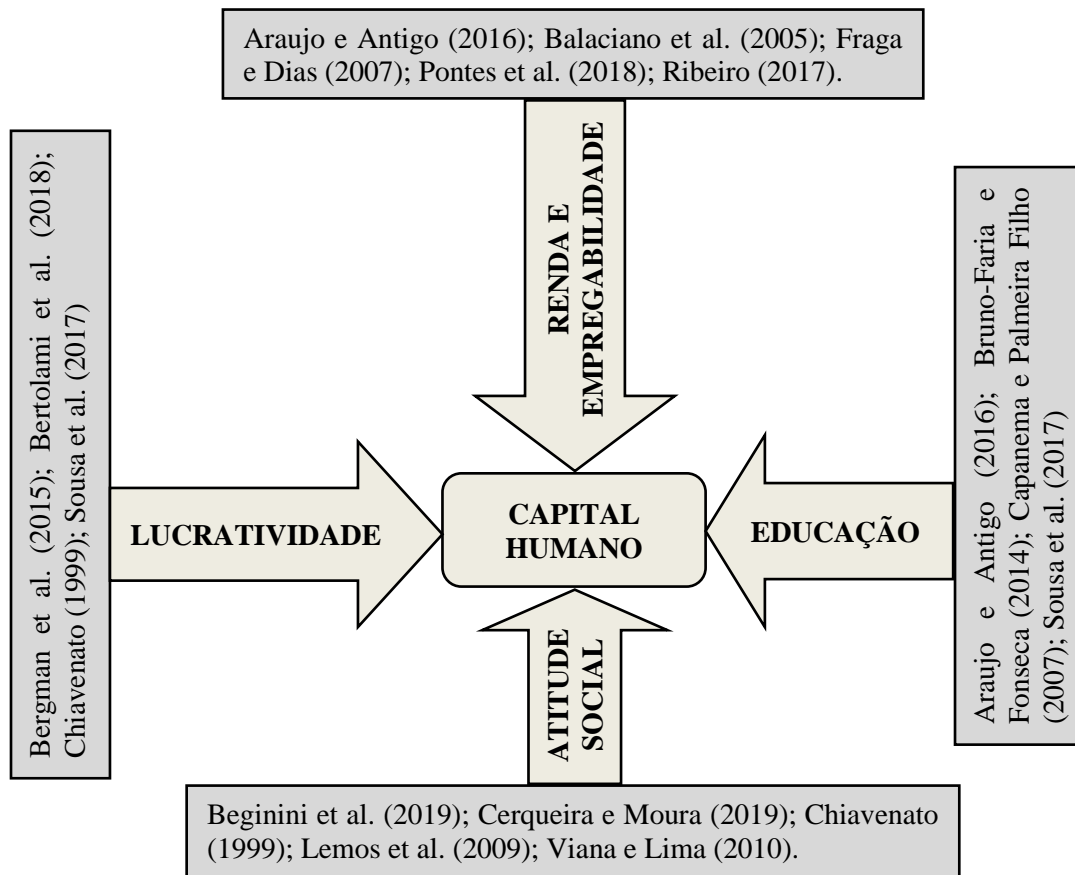


Figura 4. Influência e impacto do capital humano

Fonte: Dados da pesquisa.

1. Conclusões

A relevância do tema capital humano é refletida a partir da quantidade de registros identificados na literatura científica brasileira, que indicam um impacto positivo do capital humano sob o ponto de vista econômico e social. Com relação às organizações, existe uma relação direta do capital humano na lucratividade, nos processos de inovação, na cultura organizacional, adaptabilidade às mudanças por parte dos colaboradores, eficiência gestacional e aumento da produtividade. Exerce também uma grande influência na renda e, sobretudo, na atitude dos indivíduos, contribuindo para uma sociedade econômica, intelectual e politicamente mais evoluída.

Apesar dos diversos trabalhos científicos já publicados sobre o tema capital humano, identificou-se uma lacuna na literatura envolvendo estudos disponibilizados sobre a TCH e sua correlação com a taxa de desemprego ao longo de um período de tempo. Visando

preencher tal lacuna, desenvolveu-se esta pesquisa, cujo objetivo é, portanto, identificar o comportamento da evolução de registros sobre o tema TCH no Brasil e sua relação com a taxa de desemprego, no período estudado de 2000 a 2015.

Na primeira etapa do processo de pesquisa, a partir de uma revisão sistemática da literatura utilizando o protocolo PRISMA, identificaram-se 21 artigos, que foram incluídos na fundamentação teórica deste trabalho. Na segunda etapa, a partir de um estudo econométrico, utilizando-se o coeficiente de correlação de Pearson (r), conclui-se a existência de uma correlação negativa e forte (-0,8847) entre os valores das variáveis de “registros identificados na literatura” e “taxa de desemprego”. A causalidade foi justificada por afirmações de autores incluídos na fundamentação teórica.

A maior quantidade de registros identificados coincide com as menores taxas de desemprego, observadas nos anos de 2000 a 2015. O período compreende os governos dos presidentes Lula e Dilma, que por sua vez, foram influenciados por cenários econômicos que contribuíram para a redução nas taxas de desemprego. O aumento do interesse científico sobre capital humano pode ter sido influenciado pelo aquecimento do mercado de trabalho, entretanto, não se pode afirmar a existência de uma relação causal, o que é uma limitação deste estudo. Para manter a coerência do trabalho, o período de 2000 a 2015, utilizado para o estudo econométrico, é o mesmo da coleta de artigos nas bases científicas pesquisadas, o que cria uma limitação no sentido de não considerar alguns estudos mais recentes, contudo, essa constatação não diminui a importância dos resultados encontrados.

A principal contribuição para a área temática de Comportamento Humano nas Organizações foi a elaboração de uma proposta conceitual sobre a influência e o impacto do capital humano, sob o ponto de vista econômico e social, em quatro categorias, com base na fundamentação teórica, a saber: educação; renda e empregabilidade; lucratividade; e atitude social.

Como proposta de estudos futuros, sugere-se uma parametrização com outros índices econômicos e sociais que possam reforçar a hipótese estudada, como o produto interno bruto (PIB), níveis de escolaridade, renda, e investimento público em educação, em escalas similares ou específicas de tempo. Sugere-se, também, verificar junto a organizações a aderência da proposta conceitual sobre a influência e o impacto do capital humano, por meio das quatro categorias identificadas, com base na literatura.

REFERÊNCIAS

- ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social: para trabajadores sociales**. 7. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.
- ARAUJO, J. P. F. de; ANTIGO, M. F. Desemprego e qualificação da mão de obra. Minas Gerais. **Revista de Economia Contemporânea**, 20(2): p. 308-335, 2016.
- BALACIANO, M.; SEABRA, A. A. de; LEMOS, A. H. Escolaridade, salários e empregabilidade. Tem razão a Teoria do Capital Humano? **RAC**, v. 9, n. 4, Out./Dez., 31-52, 2005.
- BEGININI, S.; SANTOS, S. S. S. dos; SEHNEM, S.; CARVALHO, C. E.; MACHADO, H. P. V. Capitalismo consciente: uma análise netnográfica em grupos da rede social LinkedIn. **Cad. EBAPE.BR**, vol. 17, n. 2, 2019.
- BERGMAN, D. R.; SAVOIA, J. R. F.; SOUZA, B. DE M.; MARIZ, F. de. Avaliação dos processos de fusões e aquisições no setor bancário brasileiro por meio de estudo de eventos. **R. bras. Gest. Neg.**, vol. 17, n. 56, pp.1105-1115, 2015.
- BERTOLAMI, M.; ARTES, R.; GONÇALVES, P. J.; HASHIMOTO, M.; LAZZARINI, S. G. Sobrevivência de empresas nascentes: influência do capital humano, social, práticas gerenciais e gênero. **RAC**, vol. 22, n. 3, art. 1, pp. 311-335, 2018.

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. **A arte da pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

BRUNO-FARIA, M. de F.; FONSECA, M. V. de A. Cultura de inovação: conceitos e modelos teóricos. **RAC**, vol. 18, n. 4, pp. 372-396, 2014.

CAPANEMA, L. X. de L.; PALMEIRA FILHO, P. L. **Indústria farmacêutica brasileira: reflexões sobre sua estrutura e o potencial de investimentos**. In: Torres Filho, E. T., Puga, F. P. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil). Perspectivas do investimento 2007/2010. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, p. [161]-206, 2007.

CERQUEIRA, D.; MOURA, R. **Oportunidades laborais, educacionais e homicídios no Brasil**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FILHO, D. B. F.; JUNIOR, J. A. da S. Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, vol. 18, n. 1, 2009.

FONTENELLE, I. A. A auto gestão de carreira chega à escola de administração: o humano se tornou capital?. **O&S**, v. 14, n. 43, 2007.

FRAGA, G. J.; DIAS, J. Taxa de desemprego e a escolaridade dos desempregados nos estados brasileiros: estimativas dinâmicas de dados em painéis. **Economia Aplicada**, vol. 11, n. 3, p.407-424, 2007.

GALVÃO, T. F.; PANSANI, T. DE S. A.; HARRAD, D. Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiol. Serv. Saúde**, vol. 24, no. 2, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Quarta edição. Editora Atlas, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desemprego – Brasil. **Séries históricas e estatísticas - 2015**. Disponível em: <https://www.serierestatisticas.ibge.gov.br>. Acesso em setembro, 2019.

ISIDA, M.; GALHARDI, A. C. As melhores empresas para trabalhar no Brasil: é possível caracterizar as abordagens humanistas nos critérios de avaliação das melhores e maiores empresas para se trabalhar? **VIII Workshop de pós-graduação e pesquisa do Centro Paula Souza**, São Paulo, outubro, 2013.

LEMONS, A. H. DA C.; DUBEUX, V. J. C.; PINTO, M. C. S. Educação, empregabilidade e mobilidade social: Convergências e divergências. Rio de Janeiro BRA: **Cad. EBAPE.BR**, vol. 7, n. 2, 2009.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, F. dos S; MACHADO, D. C. Uma análise da escolha do curso superior no Brasil. **R. bras. Est. Pop.**, 35 (1), 2018.

MEURER, A. M.; LOPES, I. F.; MUSIAL, T. K. Evidenciação de investimentos em capital humano nos relatórios de administração das melhores empresas para se trabalhar. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, vol. 10, n. 3, 2017.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. G.; THE PRISMA GROUP. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. **PLoS Med**, 6(7), 2009.

NAKABASHI, L.; FIGUEIREDO, L. de. Mensurando os impactos diretos e indiretos do capital humano sobre o crescimento. **Economia Aplicada**, vol. 12, n.1, p.151-171, 2008.

OLIVEIRA, K. L.; INÁCIO, A. L. M.; SILVA, A. O. G.; MARIANO, M. L. S.; FRANCO, S. A. P. Estilos Intelectuais, estratégias de aprendizagem e adaptação acadêmica no ensino superior brasileiro. **Revista Portuguesa de Educação**, 32(2), pp. 134-149, 2019.

PONTES, R. P.; BARBOSA, M. N.; SILVEIRA, L. dos S.; COSTA, L. V. O comportamento de jovens e adultos no mercado de trabalho brasileiro com relação a permanência no emprego. **Revista de Economia Contemporânea**, vol. 22, n. 3, p. 1-23, 2018.

RIBEIRO, M. G. Desigualdades de renda: a escolaridade em questão. **Educ. Soc.**, vol. 38, n. 138, p. 169-188, 2017.

SILVA, J. F. C.; MENDES, M. a. A.; PINTO, R. A.; SANTOS, L. M. dos; CÉSAR, G. de O. S.; SILVA, C. F. da. Capital intelectual: gestão do capital humano nos escritórios de contabilidade. **Revista Uniaraguaia (Online)**, Goiânia, Vol 15, n. 3 set./dez. 2020.

SOUSA, C. A. P. de; OLIVEIRA, G. J. de; SANTOS, J. G. M.; SODRÉ, S. C. D. M.; MILANI, W. A importância do treinamento de pessoal para a sobrevivência da organização. **Anais do IV - Fórum de pesquisa científica e tecnológica de Ponte Nova**, 2017.

TOLFO, S. da R.; PICCININI, V. C. As melhores empresas para se trabalhar no Brasil e a qualidade de vida no trabalho: disjunções entre teoria e prática. **RAC**, vol. 5, n. 1, 2001.

VIANA, G.; LIMA, J. F. de. O capital humano e crescimento econômico. **Interações**, vol. 11, n. 2, p. 137-148, 2010.